



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE HISTÓRIA**

**HAROLDO BORGES DE SOUSA**

**SÃO LUÍS DO PIAUÍ:  
Recorte histórico da política local entre os anos de 1988 a 1997**

**PICOS – PI  
2014**

**HAROLDO BORGES DE SOUSA**

**SÃO LUÍS DO PIAUÍ:  
Recorte histórico da política local entre os anos de 1988 a 1997**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção de grau de graduado História – Modalidade Licenciatura.

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Msc. Ana Paula Cantelli Castro

Eu, **Haroldo Borges de Sousa**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 13 de agosto de 2014.

Haroldo Borges de Sousa  
Assinatura

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S725s** Sousa, Haroldo Borges de.  
São Luís do Piauí: recorte histórico da política local entre os anos 1988 a 1997/ Haroldo Borges de Sousa. – 2014.  
CD-ROM : 4 ¾ pol. (49 p.)  
  
Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.  
Orientador(A): Profa. MSc. Ana Paula Cantelli Castro  
  
1. São Luís do Piauí - História. 2. História Política. 3. Narrativas Oraís. I. Título.

**CDD 981.812 2**

**HAROLDO BORGES DE SOUSA**

**SÃO LUÍS DO PIAUÍ:**

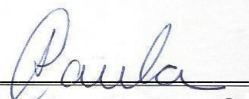
**Recorte histórico da política local entre os anos de 1988 a 1997**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção de grau de graduado História – Modalidade Licenciatura.

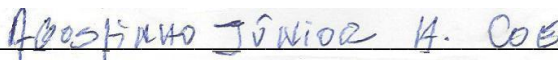
Orientadora: Prof<sup>o</sup> Msc. Ana Paula Cantelli Castro

Aprovada em / /

**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>o</sup>. Msc. Ana Paula Cantelli Castro  
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe  
Avaliador Interno



Prof. Msc. Raimundo Nonato Lima dos Santos  
Avaliador Externo

Dedico esta realização a Deus, que sempre iluminou o caminho. A ele toda a honra e toda a glória sempre! Dedico ainda aos meus padrinhos, tios, primos, demais parentes e amigos que sempre me deram força nesta caminhada. Às minhas irmãs e ao meu pai RAIMUNDO BORGES (*in memóriam*) que foram o meu porto seguro nos momentos de incerteza. E em especial, dedico à minha mãe ANÍSIA BORGES, que me ensinou a viver a vida com dignidade e que não mede esforços para me ajudar na busca dos meus ideais. “Mãe, esta conquista também é sua”!

## AGRADECIMENTOS

*“Se hoje posso ver mais longe é porque me ergui sobre ombros de gigantes”.*

Neste momento de conquista, só tenho a dizer que estou muito feliz. Entretanto, é preciso mencionar que, sem muitos, isso não seria possível.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Ao meu pai (*in memoriam*) que apesar da ausência física, por tudo o que foi em minha vida, sempre fará parte da minha HISTÓRIA.

Às minhas irmãs pelo companheirismo.

Aos amigos Layrton e Henriqueta pela confiança em mim depositada. Aos demais parentes e amigos pela fiel torcida.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial à professora Ana Paula Cantelli pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

E o que dizer a você dona Anísia, minha querida mãe? “Obrigado pelo carinho, pelo incentivo e, sobretudo, pela dedicação de toda uma vida”.

Enfim, a todos, muito OBRIGADO!

*Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condição de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?*

(Fernando Pessoa)

## **RESUMO**

Este trabalho tem como pretensão fazer a reconstrução da história política da cidade de São Luís do Piauí, a partir dos fatos ocorridos no período de 1988 a 1997, marcados pela independência política da região, que outrora era ligada à cidade de Picos-Piauí. Para fomentar esta pesquisa foi necessário ir além da pesquisa documental (fotos, recortes de jornal), tendo que enveredar pelos caminhos da história oral, fazendo uma pesquisa de campo, escolhendo os entrevistados, para, a partir disso, desenvolver um entrecruzamento entre as fontes, fazendo-as dialogarem entre si, na tentativa de uma reconstrução da memória da história política de São Luís do Piauí. Para tanto, foi usado o método das narrativas orais realizadas com sujeitos que vivenciaram o período em destaque.

**Palavras-chave:** São Luís do Piauí. História Política. Narrativas orais.



## ABSTRACT

This work has the intention to make the reconstruction of the political history of the city of São Luis do Piauí, from the events that occurred in the period from 1988 to 1997, marked by the political independence of the region, which was once connected to the city of Picos-Piauí. To foster this research was necessary to go beyond the documentary research (photos, newspaper clippings), having to go down the paths of oral history, doing a search field, and select respondents, and, from this, develop a crisscross between sources, causing them to dialogue with one another, attempting a reconstruction of the memory of the political history of São Luís do Piauí. For this, we used the method of oral narratives conducted with subjects who experienced the period highlighted.

**Keywords:** São Luis Piauí. Political History. Oral narratives.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 DINÂMICA ESPACIAL E SOCIAL DAS PEQUENAS CIDADES NO ESPAÇO URBANO</b> .....	18
<b>2 POLÍTICA E NOVA HISTÓRIA CULTURAL: DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS - REPRESENTAÇÕES</b> .....	21
<b>2.1 Nova história cultural</b> .....	21
<b>2.2 História política</b> .....	24
<b>3 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: SÃO LUIS DO PIAUÍ</b> .....	26
<b>3.1 Contextualização histórica da emancipação política dos municípios brasileiros</b> .....	26
<b>3.2 Emancipação política de São Luís do Piauí</b> .....	32
<b>4 EMANCIPAÇÃO DE SÃO LUIS DO PIAUÍ NA VOZ DOS SUJEITOS QUE VIVERAM NO PERÍODO</b> .....	37
<b>4.1 Resultado das Entrevistas</b> .....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44
<b>APENDICES</b>	

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca fazer a reconstrução da história política da cidade de São Luís do Piauí, a partir dos fatos ocorridos no período de 1988 a 1997, marcados pela independência política da região, que outrora era ligada à cidade de Picos-Piauí.

Para fomentar esta pesquisa foi necessário ir além da pesquisa documental (fotos, recortes de jornal), tendo que enveredar pelos caminhos da história oral, fazendo uma pesquisa de campo, escolhendo os entrevistados, para, a partir disso, desenvolver um entrecruzamento entre as fontes, fazendo-as dialogarem entre si, na tentativa de uma reconstrução da memória da história política de São Luís do Piauí.

Alguns teóricos nos ajudam a dar suporte sobre a metodologia oral adotada, é o caso de Maurice Halbwachs. Para além da formação da memória, Halbwachs aponta que:

[...] as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, serem reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica (HALBWACHS, 2004, p. 76).

Conforme visto na citação de Halbwachs, a partir da fala de sujeitos que viveram o período em questão pode-se reconstruir as representações da história de um povo, nesse caso a história política da cidade de São Luís do Piauí.

O trabalho foi realizado com técnicas de pesquisa qualitativas, através da História Oral, que tem como fonte de pesquisa a memória. Esta pesquisa está filiada à perspectiva da Nova História Cultural, fazendo um entrecruzamento com as fontes documentais (projetos de emancipação do município, projetos de lei criada e aprovada pela câmara dos deputados e atas da câmara de vereadores do município de São Luís do Piauí) que formataram a construção da estrutura textual. A partir disso, foi amarrada toda a temporalidade abrangida desde 1988 até 1997.

É importante esclarecer que a história oral não pode e não deve ser vista como uma panacéia, mas como um instrumento que permite a construção de documentos, que levam para dentro da história, vozes ignoradas pelas fontes

tradicionais. Permite que vozes que foram silenciadas de forma intencional ou não possam ser ouvidas, permite a construção de outras versões (NASCIMENTO, 2006, p. 140).

Para escrever sobre a emancipação política da cidade de São Luís foram usados, além dos documentos em arquivos e outros registros bibliográficos, o método da história oral através da memória, como fonte de pesquisa. Para Thompson (2002, p. 44):

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. (...). Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.

A adoção da história oral através do viés da memória faz parte da nova tendência de investigação de temas considerados pouco nobres e que passaram a ter importância para a História Nova. Para Le Goff (1998, p.28),

a história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história (...) fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.

A escrita da história não pode se dar apenas através de fontes documentais escritas, precisa-se recorrer aos agentes que fizeram parte da época em estudo, que presenciaram os episódios a serem reconstruídos. Buscar informações do passado a partir do depoimento presente de quem o viveu é oportunidade de dar-lhe sentido, de estabelecer relação e significado entre o que será relatado e as pessoas que viveram os fatos. No dizer de Bosi (1994, p. 90):

A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.

Dissertando sobre o papel da memória, Halbwachs (1990, p.51) afirma que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

O relato oral, assim, passa a ser fonte de informação tanto individual quanto coletiva. Segundo Elias (1994, p.91):

O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. [...] Seu talento de narrar lhe vem da experiência: sua lição, ele extrai da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo.

Ao relatar sua história de vida, o narrador, apresenta sua trajetória pessoal e coletiva, informa ao seu ouvinte como se deu a sua construção identitária dentro do grupo.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pessoas que participaram da emancipação política da cidade de São Luís. Estas pessoas foram entrevistadas e responderam às perguntas feitas pelo pesquisador, que criou condições necessárias para que os entrevistados produzissem um relato mais real possível sobre o que forem questionados.

A entrevista semi-estruturada oportuniza explorar mais o assunto. que funcionou como um norte para o direcionamento dos depoimentos. Foram perguntas que giraram em torno do objeto central da pesquisa e que oportunizaram a obtenção de informações suficientes.

As entrevistas foram transcritas e analisadas. Isso oportunizou a leitura da visão de mundo dos entrevistados sobre a emancipação política e como esse processo foi capaz de moldá-los como atores sociais.

Quanto aos métodos de procedimento, dentro do contexto histórico em que está situada a história política de São Luís do Piauí – de 1988 até 1997 - os fatos foram sistematizados de maneira clara e objetiva, para poderem facilitar a organização da pesquisa.

Os métodos abordados na pesquisa envolveram a seguinte organização:

- Seleção Bibliográfica
- Leitura de documentos
- Coleta e sistematização dos dados
- Análise dos dados

- Elaboração escrita

Quanto às técnicas para coleta de dados, “*técnica* é um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos” (MARCONI; LAKATUS, 2006, p. 176).

Para explorar a pesquisa em questão será recorrida a documentação direta (pesquisa de campo, entrevista) e indireta (documental e bibliográfica).

Segundo Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2005, p. 185):

A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

A bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO *apud* LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 185) e tem por objetivos permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO *apud* LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 185).

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Na primeira etapa, foi realizado um levantamento prévio das pessoas que participaram ativamente do processo de emancipação política que são acessíveis para as realizações das entrevistas que foram registradas com o objetivo de contribuir como fonte de pesquisa no desenvolvimento do meu trabalho monográfico. Para uma melhor coleta de dados utilizei entrevistas semi-estruturadas e os depoimentos foram posteriormente transcritos para que fossem mais bem analisados.

As informações foram gravadas em CD ou DVD para que não perca nenhum detalhe importante.

Na categorização de dado, serão adotadas possivelmente: **VOZES DE SÃO LUIS:** A construção da memória política de São Luís do Piauí no período de 1948 a 1995, O que é cidade? O que é política? Retirando dos mesmos alguns conceitos importantes que podem ajudar a direcionar minha pesquisa.

A definição da amostra foi previamente pensada com pessoas que viveram esse período histórico, como Raimundo Borges de Sousa, Deográcio Araújo Santana, Valter Manoel da Silva, Teodoro Borges Uilson Carvalho Barros, José Dilson Leite, Maria Excelsa Leite Leônidas, Maria Elza Leite, Pedro Isidoro Neto e Kleber Dantas Eulálio. No entanto, Kleber, Maria Elza, Maria Excelsa, José Dilson e Pedro Isidoro alegaram não ter conhecimento do processo emancipatório da cidade de São Luís. Por isso, ao longo das entrevistas e coletas de dados, foram surgindo outros nomes, com os quais coletamos informações.

O presente trabalho já vem sendo abordado desde o projeto de pesquisa intitulado “SÃO LUÍS DO PIAUÍ: avanços e retrocessos de sua história política de 1988 a 1995”, surgindo como objeto de interesse pessoal devido à participação ativa em discussões políticas na cidade de São Luís do Piauí por parte desse estudante, bem como a partir da discussão através de uma abordagem mais ampla em um artigo científico intitulado “VOZES DE SÃO LUIS: A construção da memória política de São Luís do Piauí no período de 1948 a 1995”, o que nos motivou a focar outros aspectos também relevantes dentro desse tema.

Para falar da história da cidade de São Luís do Piauí, faz-se necessário lembrar-se também dos embates que aconteceram com a cidade vizinha, São João da Canabrava, pois estas por um longo período travaram um “certame” em prol da independência política de ambas, o que em certos momentos da história, prejudicou este acontecimento, adiando o sonho de tantos que lutaram para que de fato acontecesse o desmembramento das duas cidades que pertenceram muitos anos ao município de Picos, no Piauí.

Assim, é preciso refletir sobre os acontecimentos das duas cidades através da ótica de experiências individuais e coletivas, e analisar estas cidades e os fatos que ocorreram como um campo de memórias, de lembranças e reminiscências, que permitem ao historiador pensar que o lugar ganha significado na medida em que vai tentando captar as redes de relações ali tecidas, inserindo-se na dinâmica social como marcas da presença humana e referências de práticas sociais historicamente construídas.

É importante e necessário dar visibilidade à história política desse município e a esses homens e mulheres, que lembram com grande saudosismo e carinho aquele momento de suas vidas.

Este estudo irá contribuir para a historiografia do município já que existe uma carência muito grande de trabalhos historiográficos em torno desse contexto, fazendo dela uma novidade para a historiografia são luisense e, portanto, de relevância para a academia. Este trabalho monográfico é viável na medida em que tenho várias leituras e familiaridade com a temática. Além disso, a realização da pesquisa possibilitará iluminar as diversas ações, representações, comportamentos e táticas de diversos sujeitos que fizeram e ainda fazem parte da história da cidade de São Luís do Piauí, e proporcionará também a ampliação da produção historiográfica piauiense.

Alguns objetivos foram elencados para a pesquisa, dentre eles o geral, que é fazer um apanhado histórico do valor da política local ao longo de 1988 a 1997, através do olhar dos homens e mulheres que vivenciaram, (re) construindo suas experiências apreendidas nesse período histórico. Os objetivos específicos foram: abordar características da história política num contexto geral; incentivar a uma maior produção de trabalhos no tocante as cidades de pequeno porte, caso de São Luis do Piauí; contribuir para a valorização histórica de São Luís do Piauí, através deste apanhado das memórias e a busca da identidade política da cidade; entender como se deu o processo político da cidade de São Luís do Piauí e por consequência os passos que acarretaram a emancipação política desse município.

O primeiro capítulo aborda acerca da constituição das pequenas cidades e seu surgimento nos espaços urbanos, enquanto dotadas de poder político.



O segundo capítulo trata da história política em um contexto geral. No terceiro serão abordadas características da cidade de São Luís do Piauí, sua história, cultura, enfocando seus aspectos políticos, principalmente nos anos de recorte da pesquisa, que foram 1988 a 1997.

O quarto capítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa, aplicada com sujeitos que viveram a política na época em alusão, abordando sua visão histórica e social da política nos específicos anos.

Por fim, são feitas as considerações finais acerca do trabalho, a nossa visão, o que percebemos com o trabalho e quais objetivos foram alcançados. A seguir são apresentadas as referências que subsidiaram o trabalho. Seguido dos questionários aplicados aos entrevistados.

## 1 DINÂMICA ESPACIAL E SOCIAL DAS PEQUENAS CIDADES NO ESPAÇO URBANO

O estudo da relação entre os espaços urbanos e rurais é pertinente ao ponto em que contribui para o conhecimento da dinâmica social e espacial. Dessa forma, ao se estudar a constituição política de um município faz-se necessário compreender sua formação enquanto cidade inserida no espaço urbano.

A partir da década de 1950 a pequena cidade brasileira começou a tomar formas as quais seriam percebidas 60 anos depois. Essas mudanças aceleradas se deram por conta do contexto econômico e social do país, profundamente caracterizado por dois aspectos – que, juntos engendravam um conjunto de efeitos no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural (CORREA, 2011). A partir da década citada, a industrialização deu uma nova conjuntura aos pequenos municípios, principalmente no que concerne ao setor agrário, que por possuir um estágio superior de modernização, acabou criando um espaço (vazio) no campo. Não só isso, mas outro problema mencionado foi:

A emigração para a periferia urbana, tanto das metrópoles, cidades médias e pequenas, para a fronteira de povoamento ou de modernização ou para acompanhamentos do MST, são outros efeitos da industrialização do campo que irão afetar as pequenas cidades (CORREA, 2011, p. 09).

Em seus estudos para compreensão dos espaços urbanos e rurais Corrêa (2011), aborda a constituição das pequenas cidades num contexto pós-75. O autor elenca algumas características da pequena cidade. A primeira delas é que a “pequena cidade tem diversas origens” (p. 06), não levando em consideração as motivações como agentes sociais e o padrão de localização. Dessa maneira, pode-se dizer que as cidades surgem a partir de inúmeros processos formativos.

A segunda característica abordada pelo autor é que a pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento, em que parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadoria e prestação de serviços. Para as atividades agrárias, ficam uma pequena parte da população, é maior ou menor, o que leva a pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais (CORRÊA, 2011).

A terceira característica aponta que a pequena cidade é um núcleo dotado da função de sede municipal, em que diversas vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa. Acerca dessa característica, Corrêa (2011, p. 06) destaca que:

Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços.

Outra peculiaridade da pequena cidade, é que ela define-se mais em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico; também pode ser um centro local, que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia<sup>1</sup>, onde vive uma população dispersa dedicada, sobretudo, às atividades agrárias.

A última característica elencada por Corrêa (2011) é que as pequenas cidades brasileiras constituem um universo muito variado quando se considera um conjunto de características associadas aos núcleos urbanos e às suas hinterlândias, que se efetivam de modo específico e se combinam gerando diferentes arranjos. “São vistas como essenciais, mas não exclusivas, para gerar tipos regionais de pequenas cidades” (CORREA, 2011, p. 07).

Bresciani (2004) analisa de uma forma mais incisiva os espaços urbanos e rurais. Segundo ela, há uma significação muito maior nesses espaços, levando a abstrações do que seja sociedade, comunidade e função urbana. Ou seja, é como se a cidade fosse uma máquina, em que se realiza uma função. Para ela, “nada [no

---

<sup>1</sup> Em geografia urbana, *hinterlândia* corresponde a uma área geográfica (que pode se tratar de um município ou um conjunto de municípios) servida por um porto e a este conectada por uma rede de transportes, através da qual recebe e envia mercadorias ou passageiros (do porto ou para o porto). Trata-se, portanto, da área de influência de uma cidade portuária que, por concentrar significativa atividade econômica, pode engendrar uma rede urbana, constituída por centros urbanos menores. Posteriormente, o conceito passou a ser utilizado também no caso de cidades não portuárias que são "cabeças-de-rede". Por analogia, o termo pode ser aplicado à área que circunda um centro de comércio ou serviços e da qual provêm os clientes. O conceito foi também aplicado à área ao redor de ex-colônias europeias na África, que, apesar de não serem parte da colônia, eram por ela influenciadas (PAIVA, 2006).

espaço urbano] é gratuito ou puramente casual” (AGRAN, 1993, *apud* BRESCINI, 2011, p. 13).

Enfim, se nos espaços urbanos nada é construído meramente por acaso, tão pouco seus arranjos políticos são aleatórios. É por isso que se fala que as cidades adquirem cada vez mais um forte protagonismo na vida econômica, social, cultural, nos meios de comunicação e, principalmente, na política.

Conforme destacado por Castells e Borja (1996), as cidades são atores sociais que não se confundem com o governo local, apesar de incluí-lo. Elas se expressam como atores sociais na medida em que realizam uma articulação entre administrações públicas, agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação. Em outras palavras, entre instituições políticas e civis.

Os movimentos político-sociais se expressaram quase sempre, na rebelião da sociedade civil, foram denominados de “movimentos cívicos” e as cidades passaram a ser palco da reconstrução da organização democrática e da economia competitiva.

Pode-se dizer então que as cidades são entendidas como territórios que concentram um importante grupo humano e uma grande diversidade de atividades, e também como um espaço simbiótico e simbólico, convertendo-se num espaço de respostas possíveis aos propósitos econômicos, políticos e culturais de nossa época (CASTELLS e BORJA, 1996).

## 2 POLÍTICA E NOVA HISTÓRIA CULTURAL: DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS - REPRESENTAÇÕES

### 2.1 Nova história cultural

A História Cultural é uma das práticas historiográficas mais usadas e difundidas atualmente. No entanto, os seus conceitos e sua história não possuem um conceito definido entre todos os historiadores. Por isso, vamos utilizar alguns mais conhecidos que tratam desse tema e que apontam uma conceituação aproximada. Mas primeiro, faz necessário abordar brevemente acerca de sua origem histórica e de Burke, que difundiu o conceito.

O termo da nova história cultural foi pensado e propagado a partir da década de 1980, com dois pensamentos: o está ligado diretamente, como herdeira e ao mesmo tempo questionadora, de uma história cultural que tem raízes desde o século XVIII; o segundo, o que diz que este “movimento” possui raízes mais recentes, vinculadas objetivamente na tradição historiográfica francesa, conhecida como história das mentalidades, surgida após os anos 1960 (LANGER, 2013). Explicando melhor, o historiador diz que:

No final dos anos 1980, o historiador britânico Peter Burke realizou uma conferência no Brasil, onde procurava determinar os mais recentes paradigmas da historiografia, especialmente os advindos da França e relacionados aos Annales. Sob o epíteto de “a nova história”, caracterizou esta tendência como algo situado entre a história total e a estrutural. Esse movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: a política pensada além das instituições e a história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; a história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período (LANGER, 2013, p. 01).

Conforme visto, Burke foi quem iniciou esse movimento, a partir de uma conferência realizada em terras brasileiras, na década de 1980. Sua origem está ligada a uma corrente europeia, em que pensava uma história que fosse além dos

documentos, uma história que recontasse ela mesma, que pensasse em novos paradigmas políticos, com base na influência cultural.

Somente alguns anos depois Burke perde um pouco um foco na corrente francesa, quando em 1997 publica um texto em que redefinia as origens da história cultural. Na verdade, ele estava tentando se desvincular de uma perspectiva linear e de continuidade, em que recorria aos antecedentes dos motivos culturais na Europa, com os humanistas do Renascimento, estudando a língua e a literatura, até chegar à história da música e das artes durante o Setecentos.

A Nova História Cultural pode ser considerada uma verdadeira revolução historiográfica, já que teve como proposta decodificar a realidade por meio do estudo das práticas, discursos e representações gestadas pelas diversas sociedades, ou seja, tudo que o homem houvesse “tocado” poderia ser objeto de estudo.

Outro ponto a ser discutido na Nova História Cultural é que, com relação aos historiadores da cultura, o passado só nos chega aos tempos atuais por meio das representações, e é através do estudo das mesmas que podemos compreender uma dada realidade.

Este, talvez, seja um dos aspectos que, contemporaneamente, mais dão visibilidade à História Cultural: a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes. Figurando como recortes inusitados do real, produzidos por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não-visualizada como aproveitável pela História, ou então a revisita de velhas fontes iluminadas por novas perguntas (PESAVENTO, 2004, p. 69).

Como visto, com o surgimento de outros campos de pesquisa, renovando-se as correntes históricas, surgindo o estudo dos documentos, que até então não eram tidos como fontes de pesquisa passíveis de estudo.

Com a emergência da Nova História Cultural, surgiram no seio da historiografia mundial, novas fontes, novas correntes e novos campos temáticos. Será necessário termos em vista que o que autoriza classificar um trabalho

historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”.

É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou as resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político.

Para maximizar todas estas perspectivas de análise é necessário estabelecer uma relação de proximidade e diálogo com alguns autores, como: Verena Alberti, Wolfgang Maar e Raquel Ronilk.

Verena Alberti trata desse assunto quando proporciona os caminhos a serem seguidos na pesquisa, pelo desenvolvimento e organização das entrevistas estruturadas e semi-estruturada, seguindo a metodologia da História Oral, pois segundo ela,

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX [...]. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2005, p. 155).

Acerca das relações de poder sob a ótica de Wolfgang Maar, entendemos que as relações com a política são estabelecidas dentro da sociedade e que estas relações não se dão apenas com a política institucional estatal, pois, todos nós seres humanos somos seres políticos, praticamos no nosso cotidiano a política, haja visto que no dia-a-dia praticamos relações de poder, seja no âmbito institucional ou nas relações sociais.

Acerca da emancipação política, e assim a criação da cidade de São Luís do Piauí, sob a lógica de um espaço em que as pessoas poderiam fazer e deixar suas histórias, dessa maneira:

O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história (ROLNIK, 2004, p. 09).

Os historiadores da cultura têm chamado de campo das representações as representações produzidas ao nível individual, tais como: as representações artísticas, por exemplo, como as representações coletivas, os modos de pensar e de sentir, como: a que se referia a antiga noção de “mentalidades”, certos elementos que já fazem parte do âmbito do imaginário e, com especial importância, os “símbolos”, que constituem um dos recursos mais importantes da comunicação humana (BARROS, 2013).

## **2.2 História política**

A política tem sido um dos setores que mais sofre transformações, principalmente por conta das disputas de poder, conquista de povos, as revoluções que derrubaram os regimes monárquicos, as lutas por unidade e emancipação, sempre a fim de que se formasse. Rémond (2003), em sua obra acerca do tema, aborda que há na história da política, o advento da democracia, as lutas de partidos e, principalmente, os confrontos gerados pelas diferentes ideologias políticas. Diferenças essas que por vezes acabam dificultando alguns aspectos, como a morosidade em fazer com que municípios se emancipem politicamente.

Na visão de Schilling (2012), Platão foi o primeiro a abordar acerca das questões políticas, citando sua obra "A Republica", em que este trata de temas como o estado ideal, além de dizer que os regimes políticos existentes em qualquer época nada mais são do que expressões dos caracteres (ethos) humanos. Ainda na visão de Schelling:



Assim, por exemplo, o gosto pela ordem, pela hierarquia e tradição, sustenta a monarquia, enquanto o desejo de pertencer a um grupo exclusivo e a tendência de só a ele favorecer gera a oligarquia. Por outro lado, a inclinação egoísta que alguns têm a enriquecer e à amalhar tesouros é a base do regime timocrático, enquanto o pulsar do sentimento de fraternidade, igualdade e solidariedade, existente entre os homens, inspira-lhes o viver numa democracia (SCHELING, 2012, p. 1).

As tiranias sempre foram muito bem retratadas, até mais que os governos populares. Nem sempre a democracia foi retratada da maneira como deveria ser, na verdade a falta dela sempre foi muito bem relatada por historiadores em diversas cidades do mundo.

Ao que parece, a política é um terreno fértil, porém movediço, em que há domínios e dominados, onde há excesso de poder e algumas subversões. Mas que contribuem para a construção histórico-política de todos os povos, que tiveram suas bases iniciadas ou fundadas na política como um todo.

### **3 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: SÃO LUIS DO PIAUÍ**

#### **3.1 Contextualização histórica da emancipação política dos municípios brasileiros**

O processo de emancipação municipal no Brasil iniciou a partir da década de 1930, e se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, mas restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente (MAGALHÃES, 2007).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco de conquista para os municípios brasileiros, que passaram a ser considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. Conforme Magalhães (2007), as comunas passaram a integrar expressamente a Federação, juntamente com os estados e o Distrito Federal. Como consequência disso, os municípios receberam extenso e detalhado tratamento constitucional, com competências privativas ou em colaboração com o estado e a União.

Conforme o autor citado anteriormente, a Constituição de 1988 atribuiu aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos estados. No entanto, foi ampliada a esfera de obrigações dos municípios na prestação de serviços públicos essenciais, e com isso houve um aumento nos gastos.

A partir do ano de 1985 a intensa criação e instalação de municípios no Brasil têm sido parte de um processo mais geral de descentralização. De 1984 a 2000 foram instalados 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste as que mais contribuíram em termos absolutos para esse crescimento. Como, em 1984, existiam 4.102 municípios no Brasil, os novos municípios correspondem a um aumento de 34,3% (MAGALHÃES, 2007).

Conforme observado em Tomio (2002), o processo de redemocratização do Estado brasileiro, no período de 1980, trouxe profundas mudanças ao ambiente político-institucional do país, tais como: liberalização política, a ampliação da competição eleitoral e do incremento das liberdades civis fazem parte desse

período, e principalmente a redefinição do papel institucional dos diversos níveis de poder. Importante lembrar que a reorientação da estrutura federativa brasileira favoreceu as unidades subnacionais, não só ao restabelecer as competências tomadas pela ditadura, mas pela criação no caso dos municípios.

A Constituição de 1988 foi um marco legal de grande relevância nesse processo de emancipação política dos municípios brasileiros, pois a partir dela construiu-se a estrutura jurídica e política que consolidou o novo arranjo democrático, gerando um novo ordenamento federativo, de maneira que fosse instituído um novo "pacto federativo".

A redefinição da competência política dos entes federativos notabilizou-se pela ampliação do escopo de atuação dos Estados e municípios. Estes conquistaram a mais ampla autonomia política da história republicana. Apesar de ser mencionado como organização política autônoma em quase todas as constituições republicanas (exceto em 1937), somente em 1988 o município conquistou uma autonomia plena, obtendo, de fato, o status de ente federativo. Esta situação é extremamente peculiar, não sendo identificável em outros países com organização federativa. Na maioria das federações, ou, pelo menos, nos casos mais conhecidos, os municípios ou outros níveis de poder local são divisões administrativas das unidades federadas que delegam diferentes níveis de autonomia aos governos locais (TOMIO, 2002, p. 54).

A partir desse novo modelo de institucionalidade do Estado também se encontra o processo da fragmentação dos municípios brasileiros, pois entre 1988 e 2000 foram criados 1.438 (mil quatrocentos e trinta e oito) novos municípios, o que corresponde a 25% do total de municípios brasileiros existentes.

Quanto ao conceito de emancipação, ele surgiu no século XVIII, mas somente a partir do século XX é que ganha a conotação de conceito político, relacionados a conhecimentos históricos e de origens. O termo vem do latim *emancipatio*, que significa o ato jurídico por meio do qual o *paterfamilias* da República Romana podia libertar seu filho do pátrio poder.

Alguns autores trazem conceitos para a palavra emancipação, dentre eles Fichte (1813), que o apresenta como uma emancipação ontológica: ela depende de uma crença, que é coletiva na autoridade, e que tem origem um ser sempre transcendente e artificial com uma percepção ininteligível do real. A partir do ponto

de vista do autor, o agente da emancipação é o Estado, que tem a função de realizar a emancipação política e ontológica da humanidade.

Por outra vertente, na produção de Marx, o conceito de emancipação terá uma outra conotação, totalmente desvinculada do Estado. Em outras palavras, o autor destaca que a emancipação será justamente o contrário do pretendido por Fichte (1813): libertar-se do próprio Estado e de suas instituições, como o direito entre um processo auto-reflexivo, auto-executável.

Na história do Brasil, a emancipação ocupou alguns pontos distintos. Na época da Ditadura Militar entre os anos de 1964 e 1970, marcado por características centralizadoras, a criação de municípios foi decrescendo, retornando na década de 80. A esse período, Tomio (2002) acrescenta que milhares de municípios foram criados. Enfim, o que o autor destaca é que esse não é um fenômeno recente, pois nos últimos cinquenta anos, a quantidade de novos municípios, embora tenha sido quatro vezes maior, não seguiam um mesmo ritmo.

Tomio (2002) elenca que no processo de criação de um município, estão imbricadas diversas características, dentre elas o perfil dos indivíduos, que participam de tais processos, a saber:

(1) são indivíduos conscientes de suas preferências e agem racionalmente (escolhem entre alternativas e definem suas estratégias na interação com outros atores em função de suas expectativas futuras) para que os resultados das decisões políticas atendam a seus interesses; 2) determinam a natureza de suas escolhas pela perspectiva de ganhos individuais (reeleição, maximização da oferta de recursos fiscais, ganhos pecuniários por esquemas fisiológicos, incremento e/ou melhora das políticas públicas, etc.); 3) e definem suas estratégias, em situações de interação, constrangidos pelas regras (instituições) e por suas expectativas quanto às escolhas dos outros atores políticos envolvidos no processo decisório (TOMIO, 2002, p. 43).

Com isso, podemos depreender que é um processo que envolvem diversos atores de todos os níveis federativos, como presidentes e ministros de Estado, vereadores e eleitores de pequenas localidades interioranas, e que eles tomam decisões políticas a fim de criarem os novos municípios e as instituições que regulamentaram o processo legal das emancipações municipais.

Conforme Silva (2010), algumas das estratégias das lideranças com o processo de emancipação seriam: com os eleitores locais, mobilizá-los para que cooperem, votando favoravelmente no plebiscito e auxiliando na pressão sobre a representação política; com os deputados estaduais. Ressalta que os eleitores por sua vez são aqueles que se manifestam no plebiscito.

Ainda nesse contexto é importante mencionar o conceito de clientelismo, que difere de mandonismo e coronelismo. Carvalho (1997) diz que este último é um sistema, no qual existem trocas de favores, materiais ou não, entre os coronéis e o governo. Pode ser considerado também “é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”.

Segundo Carvalho (1997), o coronelismo, nasce historicamente, e acontece em determinado período histórico.

ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador (CARVALHO, 1997, p. 02).

Já o mandonismo pode ser confundido com clientelismo, e está dentro do sistema de coronelismo. Carvalho (1997) ressalta que é usado para quem é “mandão” como se fosse um coronel, o chefe de uma sociedade, aquele que manda porque tem recursos, enquanto o mandonismo não é um sistema, mas uma característica da política tradicional que estava inserida dentro do coronelismo.

O clientelismo político acontece do individual para o individual, é “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p. 3).

Dessa maneira, pode-se dizer que o clientelismo político é caracterizado como uma ação de trocas de favores. Os principais benefícios seriam o voto, a lealdade política e a reciprocidade. Bahia (1997) elenca que as relações clientelistas são personalizadas, onde as trocas são recíprocas e para que estas trocas possam iniciar é necessário que os dois agentes tenham motivação. Para Simmel:

O clientelismo político pode ser encarado como relação mais ou menos personalizada, afetiva e recíproca entre atores, conjuntos de atores, comandando recursos desiguais e compreendendo transações duais. Embora vaga, esta formulação sugere pelo menos três critérios gerais na caracterização do clientelismo político: (1) o padrão variável de assimetria discernível na relação *patronus/cliente*; (2) o *locus*, a extensão e a durabilidade da relação; e (3) o caráter das transações que fazem parte dessas relações (SIMMEL *apud* BAHIA, 1997, p. 152).

Outros autores percebem o clientelismo de formas diferentes, como Santos (1994, p. 54), que destaca essa prática como sendo comum a políticos, através dos seus prestígios diante de tal cargo. Eles só praticam o clientelismo porque esperam retorno eleitoral e que são os clientes que demandam os benefícios, ou seja, o clientelismo é praticado, em grande parte, porque os eleitores assim permitem e querem.

Gheventer (1995, p. 62-63) explica que essa troca de votos muitas vezes pode ser considerada uma forma de participação política, ou seja, se o indivíduo pede algo é porque ele está necessitando. O Estado, portanto, não está lhe dando essa garantia, o que quer dizer que existem “brechas na legislação” que permitem que o clientelismo ocorra, é também “ineficiência do serviço público”. Os políticos sempre querem o poder, e, portanto, votos, que são conseguidos através de “sua capacidade de obter favores ou benesses para o seu eleitorado” (GHEVENTER, 1995, p. 63).

Conforme o pensamento de Nunes (1997, p. 32), o político, para conseguir o voto, oferece as mais diversas vantagens ao eleitor, como empregos, pavimentação de estradas, construção de escolas, nomeação de chefes de serviços, favorecimento do acesso ao poder.

No caso desse estudo, falar em clientelismo fez-se necessário porque no caso da emancipação política da cidade de São Luís, houve um conchavo entre

lideranças locais do PMDB e o então Deputado Kleber Eulálio. Francisco de Assis Moraes Sousa, o Mão Santa, na época candidato ao Governo do Piauí também participou desse processo. Ou seja, os líderes locais fizeram uma troca de clientelismo, em que prometeram votos aos candidatos do PMDB e ao Deputado, caso eles acelerassem o processo de emancipação do município, em visita ao povoado São Luís, o candidato Mão Santa prometeu perante o povo que, se eleito fosse naquelas eleições de 1994 emanciparia São Luís. O que de fato ocorreu. Em 14 de Dezembro de 1995 pela lei estadual 4.810 nascia o município de São Luís do Piauí.

Através da análise das entrevistas ora concedidas a este pesquisador percebe-se que, após a criação do município de São Luís do Piauí em 14 de dezembro de 1995, alguns moradores, a principio muito provavelmente motivados pela emoção, pregavam que houvesse União, candidatos de consenso, o que não ocorreu, houve uma divisão política, com a criação de dois partidos, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PFL (Partido da Frente Liberal), o que gerou desde então uma rivalidade histórica no que concerne à política e a currais eleitorais.

Como veremos na fala de um dos entrevistados, Luciano Chagas, o PMDB abarcava o maior número de líderes no início da emancipação. E mesmo com o PFL apresentando nomes, como o caso de um ex-vereador chamado Wilson, que não conseguiu o apoio de todos os partidários do PFL, ou seja, o partido apresentava-se esfacelado, dividido em suas próprias bases locais.

Na década de 1990 a solução encontrada para que líderes do PFL chegassem ao poder em São Luís, foi a indicação, do Sr. Raimundo Renato, por parte do prefeito de São João da Canabrava, Pedro Isidoro, (ambos são irmãos) Ele aproveitou-se de sua popularidade local para arrebanhar o maior número de eleitores. Solução esta que não obteve resultados positivos, pois não logrou êxito nas eleições de 1996. O PMDB por sua vez indicou os nomes de Severiano Teodoro de Sousa para prefeito e Deográcio Araújo Santana para vice-prefeito. As eleições aconteceram em 03 de outubro de 1996. Os chamados “filhos da terra” Severiano e Deográcio emplacaram boa vitória diante do rival. A posse dos eleitos e instalação

oficial do novo município aconteceu em 1º de Janeiro de 1997 em um evento que não sai da memória dos são-luisenses devido ao grande significado que ganhou.

### **3.2 Emancipação política de São Luís do Piauí**

No item 3.1 desse trabalho monográfico foi feito um apanhado geral de como se deu os movimentos de emancipação no Brasil, especialmente o boom dos anos 1980 e 1990, onde a lei se mostrou um pouco mais branda e vários povoados conseguiram ser elevados à categoria de cidade. Boa parte desses povoados não atendia aos requisitos para que de fato se emancipassem, talvez por manobra política, e conchavos entre líderes políticos locais e deputados, é que de fato tais povoados ganharam autonomia político-administrativa, incluímos aqui São Luís do Piauí, objeto deste estudo.

Para falar na emancipação política de São Luís do Piauí, é necessário abordar sobre o também município de São João da Canabrava, que havia alcançado um desenvolvimento maior em relação ao povoado São Luís. Por isso aquele consegue emancipar-se em 1988, ficando anexado ao seu território toda a extensão do atual município de São Luís do Piauí. Na época O povo de São Luís então buscou outra saída, ganhar ao menos o nome da nova cidade por meio de um plebiscito, não consegue êxito devido à falta de união no próprio povoado, pois, as lideranças locais se dividiram em dois grupos, uns queriam que a cidade se chamasse Rio Guaribas, outros São Luís, já em São João da Canabrava um único nome fora escolhido e assim ratificado no plebiscito que ocorreu em fevereiro de 1988.

A luta pela emancipação do povoado São Luís foi adiada. O motivo, o povoado vizinho de São João da Canabrava vinha alcançando maior desenvolvimento econômico e geográfico, uma infra-estrutura melhor que a dos demais povoados, somado a isso surge lideranças fortes engajados e dispostos a conseguir a emancipação, aqui destacamos o empresário Pedro Bento Bezerra, nas palavras de Luciano Chagas (...) um homem que pensou a frente de seu tempo (...). Pedro Bento como era conhecido, exerceu papel fundamental para que de fato o sonho dos canabravenses tornasse realidade.



Os povoados resolvem a princípio realizar um plebiscito, o passo seguinte para a escolha do nome do novo município, o que foi decidido em 28 de fevereiro de 1988, e que contou com a participação popular de ambos os povoados envolvidos.

Em 11 de abril de 1988 e através da lei Estadual Nº 4.192, os povoados conseguiram unificados a tão sonhada independência ao Município de Picos, com sede em São João da Canabrava.

O nome que ganhou e que se tornou oficial da nova cidade foi São João da Canabrava e o segundo mais votado foi Rio Guaribas fazendo referência ao Rio que corta os dois municípios e que é chamado de Guaribas.

[...] conseguimos foi o primeiro passo foi uma campanha para dar entrada no projeto e outra campanha para o plebiscito que aconteceu em fevereiro de 1988 né? Foi dia 28 de fevereiro de 1988, aqui aconteceu o plebiscito que tinha realmente um... rio Guaribas, os nomes São João da Canabrava, Guaribas do Piauí e São Luís do Piauí, então a liderança Severiano do lado de São Luís, defendeu o rio Guaribas, e as outras lideranças do lado de cá, defenderam São João da Canabrava, então venceu por maioria absoluta São João da Canabrava, por isso o nome hoje São João da Canabrava que foi decidido em 1988 (SILVA, 2010, p. 03).

Em 11 de abril de 1988 São João da Canabrava deixa de ser povoado de Picos-PI e agora é independente, as comemorações foram extensas menos no povoado de São Luís, pois, este ainda não via com bons olhos a emancipação do vizinho, isso para a maioria dos são-luísenses representou na época fim do sonho de ver São Luís independente havia até resistência em ser chamado de canabravense. Sobre isso, Luciano Chagas também nos diz que:

(...) até um aviso aqui, que a rádio difusora de Picos era o nosso grande elo de comunicação aqui em nosso município, nossa região, se você fosse colocar um aviso aqui pra São Luís, eles revidava eles tinha receio de dizer: São Luís Canabrava, eles não se sentia canabravense. (...) o povo não aceitava ser de Canabrava, eles preferia mil vezes continuar sendo de Picos.

Os moradores do povoado São Luís não se sentiam bem pertencendo a São João da Canabrava, se negavam na época de serem chamados de canabravenses, preferiam voltar a pertencer mesmo a cidade de Picos.

Pelo olhar dos nossos entrevistados, percebe-se que a candidatura do empresário Pedro Bento (PMDB) representou muita expectativa por parte dos simpatizantes e eleitores do PMDB – um visionário símbolo da luta pela emancipação de São João da Canabrava, mesmo antes de ser candidato já fazia obras de benefício no povoado.

Pedro Bento (PMDB) convida Severiano Teodoro (do povoado S. Luis) para ser seu vice, sentindo a importância da união dos dois povoados, e aproveitando a experiência política de Severiano, que havia sido vereador por 3 vezes no município de Picos. Nas palavras de Valter Silva:

(...) tinha o Severiano era candidato a vice-prefeito na coligação do PMDB com o candidato a prefeito Pedro Bento, sendo da Canabrava por a chapa de oposição assim, porque na época Abel era prefeito daqui né? Então já o PFL tinha o Pedro Isidoro na cabeça da chapa como prefeito e o vice era o João Manoel da Silva e... Disputaram as eleições vencendo o Pedro Isidoro mais o João Manoel.

O PFL liderado ainda pelo prefeito de Picos Abel de Barros Araújo, indica o desconhecido Pedro Isidoro do povoado Conceição, alguns não gostam da indicação, somente a princípio, logo abraçam a causa, Pedro Isidoro convida João Manoel, de São Luís, com o mesmo propósito de Pedro Bento, buscar envolver os dois povoados, além de lançar candidatos a vereadores de S. Luís.

As eleições de 1988 ficaram conhecidas como a disputa do tostão contra o milhão, em alusão ao poder aquisitivo do empresário Pedro Bento Bezerra, contra o “pobre” Pedro Isidoro (uma inverdade, pois o prefeito Abel, investiu pesado na campanha de Pedro Isidoro), Abel de Barros era padrinho político de Pedro Isidoro, daí a preferência pelo seu nome para concorrer à prefeitura do novo município de S. João da Canabrava.

Pode-se constatar que a maior rivalidade no estado do Piauí era entre os partidos PMDB X PFL, em quase todos os municípios havia sempre candidatos de uma das legendas, na região de Picos o PFL exercia forte poder na maior parte dos municípios, sobretudo nos anos 1990.

Em 1990, Pedro Isidoro inaugura obras em alguns povoados, afixando placas com seu nome e slogan de governo. No povoado São Luís as placas são afixadas no mercado público e na caixa d'água, o que irritou os moradores do povoado foram os dizeres: BAIRRO SÃO LUIS afixado na placa, os opositores do prefeito tecem duras críticas contra Pedro Isidoro, alegando que se o povoado São Luís se tornasse bairro de São João da Canabrava, podiam esquecer a emancipação que ainda sonhavam. Faziam comparações com o bairro Junco de Picos dizendo que o junco poderia se emancipar, mas como Picos o tornou bairro, isso jamais iria acontecer, então não aceitariam ser bairro de Canabrava.

As eleições de 1992 foram muito conturbadas, mais uma vez a disputa PMDB X PFL acirra os ânimos dos eleitores. Teodoro Borges ao ser questionado sobre as eleições daquele ano afirmou que:

Olha em 92 surgiu o Sr. João Manoel como candidato da chamada situação, e Bezerrinha, o médico Bezerrinha, esse na época prometia muito vencer as eleições, mais a curiosidade é que quando ele esperava uma margem de votos a altura de se eleger, houve um retrocesso assim de ultima hora no povo ou em alguma parte que Bezerrinha terminou sendo o candidato que não teve êxito, quem realmente ganhou foi o Sr. João Manoel, isso que eu digo... certa parte do povo principalmente eleitores ficaram de certa forma meio decepcionados porque a expectativa era uma e a realidade foi outra.

O PMDB indica o médico Francisco Bezerra, o Bezerrinha, este prometia vencer as eleições assim o povo pensava na época, isso porque o PFL de Pedro Isidoro indicou seu vice, o agricultor João Manoel também do PFL, e muita gente o via com grande desvantagem, a eleição ficou conhecida como a disputa do médico contra o plantador de mandioca. Os comícios de Bezerrinha apontavam uma larga vantagem dele em relação a João Manoel. O resultado foi justamente inverso, por uma pequena margem de votos, João Manoel vence as eleições, boatos dão conta que gente da confiança de Bezerrinha não votou nele.

O governo de João Manoel não constrói quase nada em São Luís, o que só aumenta o desejo do povoado emancipar-se. Foram organizadas em S. Luís

algumas passeatas pedindo a independência, sobretudo nos anos de 1993 e 1994. A Câmara vota o projeto, porém lá mesmo fica arquivado, até que finalmente em meados do ano 1994, o projeto ganha força, Severiano, Deográcio e alguns outros líderes encabeçam a luta.

O dep. Kleber Eulálio muito contribui para que o projeto fosse aprovado na assembleia legislativa do estado. Até que em 14 de dezembro de 1995, pela lei 4.810 foi criado oficialmente o município de São Luís do Piauí.

As primeiras eleições foram realizadas no ano seguinte em 1996, o PMDB tinha segundo alguns relatos, excesso de líderes o que poderia provocar um racha no partido caso não houvesse entendimento entre ambas as partes, chegou a um consenso e o nome indicado foi o de Severiano Teodoro, político mais experiente do recém-criado município, para compor a chapa surgiu o nome do Ex-vereador Deográcio Santana.

O PFL por sua vez tinha poucos líderes em São Luís, os mais influentes na época eram Uilson Barros, Chiquito Arlindo, Pedro Hipólito (Pedro Geraldo) entre outros poucos nomes, Pedro Isidoro numa manobra astuciosa consegue Penetrar seu irmão Renato Pio em São Luís, este era pouco conhecido na época, mas conseguiu apoio maciço nas localidades do interior de São Luís, era apresentado como irmão de Pedro Isidoro, daí facilitava mais para que o povo o identificasse.

Renato acabou sendo escolhido para candidato a prefeito e como vice foi convidado o empresário de Picos José Maria de Moura, genro de José Bezerra, de uma das famílias tradicionais de São Luís. Uilson Barros decide trocar de partido vendo que seu sonho de ser o candidato havia sido acabado, muda de lado e passa a apoiar o grupo do PMDB, lançando como candidato a vereador o seu irmão Mouraci Barros.

## 4 EMANCIPAÇÃO DE SÃO LUIS DO PIAUÍ NA VOZ DOS SUJEITOS QUE VIVERAM NO PERÍODO

### 4.1 Resultados das Entrevistas

As narrativas de vida e participação na emancipação política da cidade de São Luís permitiram a este pesquisador que fossem apresentadas as trajetórias pessoais e coletivas desses sujeitos, informando como se deu a sua construção identitária dentro do processo de criação do município. Essas narrativas foram analisadas a partir de agora com o intuito de que a memória política do município seja preservada, principalmente a do início de sua formação enquanto espaço que passaria a abrigar inúmeras pessoas de diversos locais.

O primeiro entrevistado foi o senhor Teodoro Borges, agricultor aposentado, 60 anos. Sempre morou na cidade de São Luís. Cidadão possuidor de muitos saberes e conhecido por toda a população. Não concluiu o Ensino Fundamental. Não chegou a atuar como político no município é militante do PMDB. Costuma acompanhar as notícias através do rádio.

A primeira indagação realizada foi quais fatores contribuíram para a emancipação de S. João da Canabrava em 1988:

[...] essa luta de emancipação é muito velha, muito antiga, primeiro surgiu o nome de São Luís depois com o passar dos anos surgiu o povoado de São João da Canabrava e ele naturalmente, geograficamente, desenvolveu-se mais, então essa disputa de emancipação se mudou por razões que a gente nem se sabe, [...] na linha de frente chegou o Sr. Pedro Bento que foi na verdade quem encaminhou esse projeto de emancipação e foi realizado em 1988 a emancipação de São João da Canabrava (BORGES, 2014).

As falas apontam para a emancipação de São João da Canabrava, entre os anos de 1987 e 1988, na qual São Luís fez parte ainda enquanto povoado, e teve seu território anexado à mais nova cidade, que anteriormente pertencia à cidade de Picos Piauí. Segundo o entrevistado, a emancipação deve-se a empresário Pedro Bento, que fez todos os encaminhamentos.

Esse mesmo nome aparece na fala de outro entrevistado, Luciano Chagas, como sendo responsável por fazer muitos beneficiamentos para São João da Canabrava e São Luís, no entanto, sua carreira política foi frustrada, por não conseguir eleger-se, quando se candidatou a prefeito no ano de 1988.

A participação de São Luís no processo emancipatório de São João da Canabrava deu-se da seguinte forma, conforme explica o entrevistado:

Participou sim primeiro pelo plebiscito que era uma consulta de todo mundo, aqui pertencendo ao município de São João então o povo participou maciçamente dando sim ao plebiscito do qual resultou na emancipação de São João da Canabrava (BORGES, 2014).

A partir da fala do entrevistado, percebe-se que a população de São Luís participou ativamente do processo de emancipação de São João da Canabrava, através do plebiscito. Conforme visto anteriormente em Tomio (2002), a população tem participação relevante nesse processo porque são indivíduos conscientes de suas preferências, agindo de forma racional, escolhendo entre alternativas e definindo suas estratégias na interação com outros atores em função de suas expectativas futuras, para que os resultados das decisões políticas atendam a seus interesses. No caso dos são luisenses, eles tinham o anseio de ter uma sede administrativa mais próxima, pois antes era Picos, que ficava a 42 km, sendo que São João da Canabrava fica a 3km.

No entanto, as expectativas da população de ter essa sede mais próxima foram frustradas, pois o prefeito de São João da Canabrava no decorrer de sua gestão não deu tanta atenção para o povoado que, segundo um dos entrevistados, recebia apenas as sobras do que a cidade não precisasse mais, ficando alheia ao olhar do gestor, não recebendo obras nem benfeitorias sociais e públicas, como explicita Borges (2014).

Olha foi o seguinte, em primeiro lugar ele quis que São Luís não ficasse como povoado e sim como bairro de lá de São João da Canabrava, o que não foi aceito pelo povo, e ele fez algumas obras não resta dúvida mais deixou muito a desejar em relação ao nosso lugar, a São Luís e o que o povo precisava mais, e de uma forma que ele não fez. Tudo bem, houve melhoria, eu acho que sim, parcial mas houve, a escola, a saúde como ainda hoje anda da forma que anda mais houve avanço(BORGES, 2014).

O gestor queria que São Luís ficasse como um bairro e não como povoado, o que foi o estopim para a explosão de insatisfação popular.

Foi pedido para que os entrevistados elencassem as obras que foram feitas para a cidade de São Luís enquanto essa ainda era povoado de São João da Canabrava, dos anos de 1989 a 1996:

Bem eu não posso dizer que não houve obras, houve sim, agora de uma maneira muito tímida, porque tudo bem, houve melhorias nas estradas vicinais, em algumas escolas mas que precisou ter sido feito muito mais, tanto é que eu não estou aqui pra dizer alguém não fez nada, mais ficou muito a desejar sobre o que eles tinham pra fazer e o que o povo de São Luís merecia ou merece (BORGES, 2014).

[...] a obra que eu tenho mais presença mesmo, é a encanação de águas aqui. [...] foi encanado água até o povoado Guaribas Velha, na época um pouco depois. [...] No primeiro mandato foi feito colégios ampliação colégio povoado Borrachas II, cavação de poço no povoado Borrachas. Já nas eleições de 96 foi muito batida a questão da falta de obras no governo João Manuel, não tinha feito dentro de São Luís (CHAGAS, 2014).

O entrevistado Borges (2014) mostra que a população durante este período não teve seus anseios atendidos pelas lideranças da cidade de São João da Canabrava. Ele aponta um descontentamento, pois, como São Luís ajudou no processo emancipatório, o povoado mereceria mais atenção, na realização de mais obras, investimento na saúde e na educação.

No caso do sujeito Chagas (2014), ele destaca que a obra de maior destaque foi a encanação de água para a população. A criação e ampliação de escolas também foram citadas. No entanto, esse último entrevistado disse que a partir das eleições de 1993 os gestores já não fizeram mais nada pelo povoado, tendo em vista que esse iria emancipar-se.

Ao serem perguntados quais nomes encabeçaram a luta pela emancipação do povoado S. Luís ocorrido em 1995, as respostas foram as seguintes:

Olha em primeiro, à primeira vista a gente tem que lembrar o nome do saudoso Severiano porque ele era um político influente e na época o governo do Piauí era o Sr. Mão Santa, e o deputado Kleber como correligionário político de Severiano deu também a sua parcela

de contribuição para que a emancipação acontecesse. Convém dizer repito, sobre a égide do Sr. Severiano que se empenhou muito para ver essa realização, esse ideal ser concretizado (BORGES, 2014).

Rapaz, na realidade muitos não viam com bons olhos, o interior daqui, eles achavam que não tinha estrutura, os políticos ficavam com medo de diminuir na fatia do bolo na época, o povo do interior de São Luís não via com bons olhos o interior em peso (CHAGAS, 2014).

O povo de São Luís do Piauí, de modo geral eles sonhavam com sua independência própria e que sempre tiveram medo de depender de São João da Canabrava e isso fez muito com que o pessoal de São Luís se incorporasse e lutasse pela sua independência então eu diria aqui que o povo de São Luís a partir do momento que nós participamos e ficamos do município de São João da Canabrava, São Luís por maioria, todo seu povo criaram, vamos dizer assim, se motivaram, a trabalhar pela emancipação de São Luís (SANTANA, 2014).

O primeiro entrevistado cita o nome do então candidato a governador do Piauí, Francisco de Assis Moraes Sousa, “Mão Santa” como um dos que encabeçou a luta pela independência, porém, o segundo e terceiro entrevistado citam a questão da luta da própria população para que isso ocorresse, inclusive, o segundo diz que os políticos não viam a região de São Luís com bons olhos, o que fazia com que muitos não se aproximassem ou fizessem benefícios pelo local. Isso é que é bastante relevante e vem sendo tratado por diversos autores ao longo desse trabalho, que é a questão da participação popular nas emancipações de municípios.

No entanto, a participação política também se fez presente a partir de pouquíssimos nomes, como o já citado Mão Santa. Conforme visto em Tomio (2002), o processo de redemocratização do Estado brasileiro, durante a década de 1980, transformou profundamente o ambiente político-institucional do país. A liberalização política, a ampliação da competição eleitoral e do incremento das liberdades civis fazem parte desse período, mas há algo muito mais significativo: a redefinição do papel institucional dos diversos níveis de poder. A reorientação da estrutura federativa brasileira favoreceu as unidades subnacionais, tanto pelo restabelecimento de competências retiradas pelo regime ditatorial, quanto pela criação, sobretudo no caso dos municípios, como foi para São Luís do Piauí, que inclusive surge nessa mesma década.



Acerca das primeiras eleições de São Luís em 1996, as memórias dos sujeitos entrevistados apontam que:

Bom os nomes foram o Sr. Severiano Teodoro que foi quem concorreu a prefeito e tendo como adversário o Sr. Renato Pio, mais que Severiano com aquele jeitinho bom, simples dele de fazer política como filho daqui ele conseguiu vencer o primeiro pleito embora que com dificuldade porque, iniciou, por questões financeiras, tudo isso, mais que a voz do povo, a escolha do nome dele falou bem mais alto e ele foi o primeiro prefeito daqui, e durante o período que exerceu, exerceu com isenção e com muita dignidade com o seu lugar, sua terra e seu povo (BORGES, 2014).

As eleições de 96 foram eleições tensas eu lembro que quando passou aquela, São Luís tava em festa, tava em união. Teve uma grande festa aqui em São Luís mataram vários boi, fizeram uma grande festa e o povo começou a pregar unidade, a união dos filhos de São Luís para ter candidato único, a princípio né!? E aquilo ali foi inchando encabeçando, sabe? Vamos eleger os filhos da terra e foi isso que eles tentaram fazer. (CHAGAS, 2014)

Conforme observado na fala dos entrevistados, as primeiras eleições foram marcadas por grandes rivalidades políticas dentro de São Luís, o que já era herdado de São João da Canabrava. A maioria dos líderes na época pertencia ao PMDB, que era um dos maiores partidos da época juntamente com o PFL.

Os candidatos, segundo os entrevistados, foram Deográcio, que tinha sido presidente da câmara em Canabrava, era vereador há dois pleitos em Canabrava, tendo também Antônio de Chico Miguel, Chagas Barros e Severiano. Ficou acordado na época que Severiano assumiria três anos e daria um ano de mandato a ele (Deográcio, seu vice). Já para o PFL faltava um líder, o que resultou com Pedro Isidoro indicando seu irmão Renato para candidato em São Luís. No entanto, a maioria dos moradores da cidade votou em Severiano, que venceu as eleições na época. Chagas Barros foi o primeiro presidente da Câmara. Ainda acerca da primeira eleição, esse foi um momento importante para a constituição de São Luís.

A emancipação política de um município é bem mais que apenas um fator histórico, mas é acima de tudo, social e político, já que também esta é uma emancipação ontológica: ela depende de uma crença, uma crença coletiva na autoridade, oriunda de um ser sempre transcendente e artificial (ou contra fático) com uma percepção ininteligível do real.

A criação do município de São Luís do Piauí num contexto histórico, se encaixa perfeitamente num período em que a legislação mostrou-se um pouco mais branda no tocante as emancipações, a diminuição das exigências à emancipação municipal pelas legislações estaduais, aliada a outros componentes institucionais, estava diretamente relacionada à criação de municípios, visto que cerca de 75% destas novas entidades federativas não poderiam existir dentro do quadro legal anterior à última Constituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto ao longo dessa pesquisa, São Luís do Piauí, na voz de seus moradores, sempre teve a vontade de emancipar politicamente, concorrendo para isso diversos fatores, como já citados: eleição de vereadores como representantes locais junto ao legislativo da cidade de Picos-PI, tais como o Sr. Severiano Teodoro. A chegada do Sr. Pedro Bento, empresário forte na época que muito contribuiu para com o projeto de emancipação, sendo realizada em 1988 a emancipação de São João da Canabrava ali contido na área geográfica, o povoado de São Luís.

Constatou-se ainda que o povoado de São Luís do Piauí participou ativamente na emancipação de São João da Canabrava, através do plebiscito que era uma consulta a toda população, sendo favorável ao processo. Alguns nomes de políticos foram citados no processo de emancipação do município de São Luís do Piauí, que participam das deliberações, com maior ou menor capacidade de determinar a emancipação municipal. Havendo ainda as *lideranças políticas locais*, os *eleitores*, os *deputados estaduais* e o *executivo estadual*. Todos esses atores participam do processo decisório sobre a criação de novos municípios. Sem a iniciativa das lideranças locais ou a votação plebiscitária, seria impossível haver divisão municipal. No entanto, com o processo iniciado, o centro decisório é deslocado para o poder executivo e para os deputados estaduais, e o resultado depende das estratégias desenvolvidas por esses atores.

No caso específico em estudo, o que nos chama atenção nas falas dos entrevistados é que o que mais foi presente de fato foi a participação popular nesse processo, que abraçou a luta desde o início para a independência do município

Por fim, fica a indicação desse trabalho para outros que pretendam fazer pesquisas na área, e que contribuam para a memória histórica, política e social da cidade de São Luís do Piauí.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: história dentro da história. in: PINSKY, Carla Bassonezi. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **Raizes e fundamentos de uma teoria de troca política assimétrica/clientelística**. Rio de Janeiro, 1997. 354 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- COMEC. Disponível em: <[www.comec.pr.gov.br/comec](http://www.comec.pr.gov.br/comec)> Acesso em: 12 maio. 2014.
- CORREA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP-Espaço e Tempo, São Paulo, nº30, pp. 05-12, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- FICHTE, J. G. **Reivindication de laliberté de penser**. (1793) Paris: Lê Livre de Poche, 2003.
- GHEVENTER, Alexandre. **O clientelismo e o corporativismo na perspectiva do comportamento racional: um estudo do caso brasileiro**. Rio de Janeiro, 1995. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário do Rio de Janeiro.
- HOLZER, W. A geografia fenomenológica de Dardel.In: CORREA, R. L.; IPPUC. **Uma experiência de Planejamento**. Curitiba, 1996.
- MAAR, Wolfgrang Leo. *O que é Política*.16ª. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATUS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 1974.
- MAUAD, Ana Maria. História, Iconografia e memória. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. (org). **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.
- MAGALHÃES, J. C. “Emancipação Política-Administrativa de Municípios no Brasil” Disponível: <http://lpea.gov.br/sites/000/2/publicações/capitulo%201.pdf>, 2007. Acessado em 06 de Abril de 2014

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História Oral: Experiências na construção de fontes orais. In: NASCIMENTO, Francisco Alcidesdo; VAINFAS, Ronaldo. **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2006.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

OLIVEIRA, L. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. (orgs) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

PAIVA, Rodrigo Tavares. Zonas de Influência Portuárias (Hinterlands) e um Estudo de Caso em um Terminal de Contêineres com a Utilização de Sistemas de Informação Geográfica. *Hinterland*, p. 38. PUC-Rio, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REMOND, René (org) **Por uma História Política**. 2ª ed. Fgv. 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2004

ROSENDAHL, Z. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

SANTOS, Fabiano Guilherme M. **Teoria de decisões legislativas; microfundamentos do clientelismo político no Brasil**. Rio de Janeiro, 1994. 138 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

SILVA, Márcia Regina Ferreira da. **A Emancipação Política do município de Pinhais: entre a identidade territorial e a articulação política das lideranças**. Monografia do curso ciências sócias. UFPR- Curitiba, 2008.

SILVA, V. M. da – emancipação de São Luis do Piauí. Entrevista concedida a Haroldo Borges, pág. 08, 2010.

SCHMIDT, M. A. M. S. **Recriando Histórias de Pinhais**. 1. ed. Pinhais: Prefeitura Municipal de Pinhais, 2000. 104 p.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. A criação de municípios após a constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, fev. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 maio. 2014.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1991.

## APÊNDICES

**QUESTIONÁRIO APLICADO A MORADORES DE SÃO LUÍS DO PIAUÍ**

1 QUAIS FATORES CONTRIBUÍRAM PARA A EMANCIPAÇÃO DE S. JOÃO DA CANABRAVA EM 1988?

---

---

---

2 DE QUE MANEIRA O POVOADO S. LUIS PARTICIPOU DESSE PROCESSO?

---

---

---

3 QUAIS POLITICOS CONCORRERAM A DISPUTA NAS ELEIÇÕES DE 1988? SÃO LUIS INDICOU ALGUM NOME?E DO OUTRO LADO?

---

---

---

4 COMO FOI O GOVERNO DE PEDRO ISIDORO NO TOCANTE AO POVOADO S. LUIS?

---

---

---

5 E AS ELEIÇÕES DE 1992, FATOS, NOMES, CURIOSIDADES.

---

---

---

6 DESTAQUE OBRAS E AÇÕES DOS GESTORES CANABRAVENSES PARA COM O POVOADO S. LUIS ENTRE 1989 E 1996.

---

---

---

7 HOUVE AVANÇOS OU RETROCESSOS NO PERIODO DE 1989 A 1996.

---

---

---

---

---

8 QUAIS NOMES ENCABEÇARAM A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DO POVOADO S. LUIS OCORRIDO EM 1995?

---

---

---

---

---

9 HOUVE CONTRATEMPOS NO DECORRER DO PROCESSO?

---

---

---

---

---

10 E AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DE S. LUIS EM 1996

---

---

---